

A CASA BURGUESA EM MACEIÓ: UMA ANÁLISE DO SETOR DE SERVIÇOS DAS HABITAÇÕES

Lana Souza Costa Brandão¹

Arquitetura e Urbanismo



ISSN IMPRESSO 1980-1785

ISSN ELETRÔNICO 2316-3143

RESUMO

O ambiente doméstico está em constante transformação desde a colonização até os dias de hoje, um dos ambientes que sofreu mudanças mais significativas foi o setor de serviço composto pela cozinha, lavanderia, quarto e banheiro do funcionário. O artigo aborda a conformação espacial desse setor nas casas burguesas da cidade de Maceió. Através da análise das plantas das residências urbanas existentes na cidade de Maceió no período colonial, traçando um panorama das modificações, com a finalidade de entender as heranças históricas que contribuíram para a atual conformação das áreas de serviço e das cozinhas. O modo de vida e os valores da população modificaram ao longo do tempo, este fato reflete diretamente na conformação e no uso dos ambientes, principalmente o residencial, pois, é na casa que os habitantes imprimem seus anseios e desenvolvem relações afetivas com o lugar e com as pessoas. O trabalho consiste em uma análise acerca do espaço doméstico com o foco para a casa burguesa da cidade de Maceió-AL.

PALAVRAS-CHAVE

cozinha. casa burguesa. setor de serviço.

ABSTRACT

The domestic environment is constantly changing since colonization to the present day, one of the environments that has undergone the most significant changes was the service sector comprising the employee's kitchen, laundry, bedroom and bathroom. The article addresses the spatial conformation of this sector in the bourgeois houses of the city of Maceió. Through the analysis of the plans of the urban residences existing in the city of Maceió in the colonial period, tracing an overview of the changes, in order to understand the historical inheritances that contributed to the current configuration of the service areas and the kitchens. The way of life and the values of the population have changed over time, this fact directly reflects on the conformation and use of the environments, especially the residential one, because it is in the house that the inhabitants imprint their desires and develop affective relationships with the place and with the people. The work consists of an analysis about the domestic space with a focus on the bourgeois house in the city of Maceió-AL.

KEYWORDS

kitchen. bourgeois house. service sector.

1 INTRODUÇÃO

O setor de serviços contemporâneo, formado pela cozinha, lavanderia, quarto e banheiro de serviço, é um espaço que se apresenta como herança de variados fatores de origem histórica e sociológica que contribuíram para a sua definição, e que está atualmente inserido na composição da maioria das habitações urbanas. Na arquitetura, as suas inúmeras concepções variam segundo diversos contextos ligados à cultura e aos hábitos de uma determinada localidade. A evolução deste setor no âmbito doméstico varia de acordo com a cultura e o modo de vida que caracterizam as diversas sociedades.

O setor de serviços de uma residência abrange outras dinâmicas que não estão estritamente relacionadas às tarefas domésticas. Além de cingir a confecção de alimentos, e ser o local onde são realizadas as tarefas domésticas operacionais como lavagem de roupas, armazenagem de alimentos e produtos utilizados para limpeza e manutenção da habitação, existem uma infinidade de relações sociais que fazem com que o indivíduo se envolva com o espaço de forma particular.

Este artigo tem como objetivo analisar o setor de serviço da casa colonial burguesa em Maceió-AL, partindo de uma descrição histórica. Buscando entender a relação física no espaço doméstico na sua temporalidade, seu significado e sua relação direta com os hábitos de morar da época. Através do estudo histórico do setor de serviço a pesquisa ganha relevância em decorrência da verificação do significado deste setor para os moradores de Maceió (Alagoas/Nordeste) em comparação com as outras regiões do Brasil.

2 MORADA COLONIAL RURAL E URBANA

Maceió teve sua formação iniciada no século XVII, no pátio de um engenho colonial (COSTA, 1981). Os engenhos interioranos se sobressaíam em meio à cidade. As vilas e cidades eram povoadas por pessoas de poucos recursos, a moradia era simples e rústica, as casas eram de tamanhos mais reduzidos, com apenas um andar, em sua maioria eram feitas com barro, madeira ou pedra. Os sobrados, casas com mais de um andar, significavam nobreza e eram ocupados pelos membros da elite, surgiram em consequência do desenvolvimento econômico e do crescimento urbano. O caráter essencialmente agrícola da economia colonial deixava suas marcas na arquitetura. Em virtude da intensa busca pela expansão territorial, as construções no período colonial eram distantes umas das outras, e a natureza predominava em meio às casas e vilas (ALGRANTI, 2005), como é possível observar na figura 01.

Figura 1 – Casa Urbana térrea da cidade de Maceió no período colonial.



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico apud Galeria Golbery Lessa (2013).

A morada colonial rural formada pelos engenhos e suas construções adjacentes, era onde se concentrava a geração de toda a riqueza do estado. Os engenhos eram responsáveis pela produção da cana-de-açúcar, consequentemente pela economia de toda a província, visto que a comercialização do açúcar era fundamental para garantir a sobrevivência financeira da colônia, além de abrigar a função social de convívio e formação da população.

No ambiente doméstico, o trabalho e o lazer eram facilmente confundidos, nele as senhoras e escravas conviviam em perfeita harmonia cada uma na tarefa à qual foi designada. O dia a dia passava devagar e os afazeres domésticos se estendiam desde atividades de subsistência até aquelas voltadas para o mercado de produtos e serviços. A indústria caseira, denominação dada pelo fato de a casa ser o local onde tudo era produzido, consertado e fabricado, era a atividade básica dos grandes e pequenos domicílios, reuniam escravos e senhores, ocupando todos os habitantes da casa, quer na execução de tarefas ou na sua organização (ALGRANTI, 2005).

A alimentação era subdividida em uma série de atividades, a preparação dos alimentos que seriam utilizados nas refeições diárias, além do cuidado com os animais

e as roças de subsistência. A farinha precisava ser lavada, espremida e cozida antes de ser transformada em bolos e pães, o milho necessitava ser pilado e moído, a carne tinha que ser colocada sobre o jirau para ser salgada, a lenha deveria ser providenciada, tratava-se de um conjunto de atividades que demandava tempo e esforço e faziam parte da rotina da população no Brasil colonial.

As atividades domésticas iam além da produção de alimentos, pois os habitantes da colônia também eram responsáveis pela fiação e tecelagem do algodão para a confecção de vestimentas, pela fabricação de utensílios domésticos, utilizando as cerâmicas, além do preparo de sabão e combustível para o abastecimento dos candeleros extremamente importantes na economia doméstica (SILVA, 1993).

As casas coloniais urbanas alagoanas não eram diferentes das que existiam em outras áreas açucareiras, as construções utilizavam os mesmos materiais, além de alguns elementos herdados do engenho em decorrência da mesma mão de obra escrava. A ausência de abastecimento de água e rede de esgoto e a falta de estrutura das cidades eram fatores que indicavam a existência de escravos no meio doméstico (REIS FILHO, 1997).

A cidade colonial não tinha um complexo programa arquitetônico, contava com uma precária infraestrutura, sem redes de esgoto, água encanada, coleta de lixo e um sistema de drenagem. Não existia uma preocupação no que se refere à saúde das cidades, a insalubridade do ambiente urbano influenciava diretamente na degradação física e moral da população, diminuindo a esperança de vida e agindo como obstáculo no desenvolvimento da comunidade. O estado miserável de suas casas fazia com que o homem, em meio a sujeira e miséria, ficasse desconfortável sob todas as formas que os cercavam (BEGUIN, 1991).

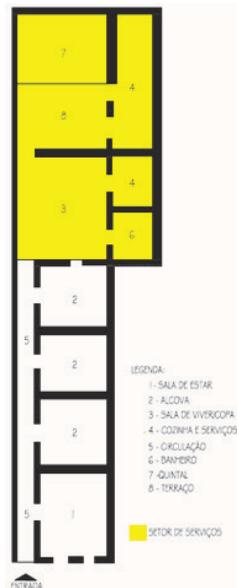
Segundo Lemos (1978), a arquitetura portuguesa esteve presente na morada urbana colonial alagoana, embora também houvesse a influência indígena e as adaptações feitas pelos colonos pelo diferente modo de morar. Os portugueses trouxeram para o Brasil seus fogões, fumeiros, alguidares, potes, púcaros, cântaros, tachos, chaleiras e caldeirões e suas chaminés, que logo foram esquecidas em decorrência do clima, além de hábitos e costumes culinários que foram diluídos na mistura de culturas processadas pela colônia.

O índio forneceu a cerâmica da cozinha, o cardápio da dieta dos brasileiros, e foi a primeira mão de obra doméstica nos lares do Brasil. A zona de serviço das casas brasileiras tem muita herança indígena, sua contribuição foi desde o empréstimo de pratos, técnicas de manipulação dos alimentos, até a maneira de cocção e o modo de improvisar fogões.

Existiam duas tipologias de casas urbanas para o período colonial: as casas térreas e os sobrados. A primeira está ligada a uma parcela mais simples da sociedade, enquanto a segunda tinha uma conotação de poder e riqueza, enfatizada pela maior largura ocupada no lote e a quantidade de pavimentos existentes (MACHADO, 2011). As casas dos homens de menos posses e livres eram pequenas choupanas com apenas um ou dois cômodos, onde eram realizadas múltiplas tarefas como dormir, cozinhar e trabalhar. Já na residência da população mais abastada existia um maior número de cômodos: o aposento da frente, geralmente com janelas, servia de sala enquanto os demais, acessíveis por um corredor, serviam de quarto de dormir; e no fundo do lote ficavam a cozinha e o alpendre, que davam para o quintal (ALGRANTI, 2005).

Figura 2 – Casa Urbana Térrea na cidade de Maceió

Fonte: Golbery Lessa (2013).

Figura 3 – Planta de uma casa térrea localizada no centro de Maceió

Fonte: Morais e Rosas (2011), modificado pela autora.

Conforme demonstra a Figura 3, o setor de serviços da casa térrea estava localizado nos fundos das residências e era composto pelos seguintes cômodos: a sala de viver funcionando como espaço de transição entre o setor íntimo e de serviços, os banheiros, a cozinha e área de serviço, o quintal e o terraço. A dependência de serviços agora pertencia ao corpo da casa, localizada próxima aos banheiros, com o objetivo de reduzir a metragem da tubulação utilizada.

Observa-se ainda a presença de duas cozinhas, uma localizada ao lado da sala de viver e a segunda (considerada como cozinha suja) com acesso direto para o terraço e o quintal, estando assim, destinada às atividades mais pesadas como: abate de animais e lavagem de roupas e utensílios; o quintal era destinado à criação de animais e ao cultivo de pequenas plantações com hortaliças para consumo próprio dos moradores.

O sobrado urbano consistia de uma solução compacta que unia trabalho e moradia no mesmo estabelecimento. No térreo estavam localizadas as lojas, depósitos, armazéns e escritórios, além das oficinas dos escravos e de algumas alcovas, e no primeiro andar era a habitação familiar. Com a planta alongada induzida pelo lote estreito, os setores íntimo, social e de serviço tinham suas distinções: o estar estava localizado na parte da frente, os quartos no centro e nos fundos ficavam a sala de jantar, a cozinha e os cômodos de serviços (HOMEM, 1996). No piso superior, a sala de visitas, localizada na frente, era utilizada como escritório e frequentada somente pelos homens; ainda no pavimento superior o cômodo dos fundos era destinado à cozinha conectada à sala de jantar ou à sala de viver. Os espaços mais valorizados e importantes eram as salas de visitas (MACHADO, 2011).

Segundo Homem (1996), no país todo podia-se ver uma arquitetura bastante padronizada tanto nas plantas como nas técnicas construtivas, isso acontecia devido à herança portuguesa. Portanto, as construções urbanas eram geralmente geminadas, unidas umas às outras, erguidas em terrenos estreitos e profundos, raramente providas de passagem lateral para veículos, as habitações ocupavam a parte frontal do terreno. Esse modo de apropriação dos lotes originou espaços livres no interior dos quarteirões, de acordo com Silva (2004), este espaço não era área comum a todas as casas, esta parcela individualizada do espaço central do quarteirão era denominada de quintal.

2.1 A CASA BURGUESA ALAGOANA

A hegemonia açucareira perdurou no Nordeste por quase quatro séculos, sendo assim, nesta época, a residência rural predominava sobre a urbana. Somente com a decadência dos engenhos e o movimento crescente da população para as cidades, as casas urbanas começaram a ser ocupadas de forma mais efetiva e os engenhos foram sendo substituídos pelas usinas.

Com a vinda da família real para o Brasil em 1808 e a abertura dos portos, somente no século XIX, quando Maceió foi elevada à condição de Vila², a cidade ganhou certa notoriedade com o surgimento do Porto de Jaraguá e o crescimento do comércio na região. Segundo Costa (1981), o então povoado começou a se desenvolver economicamente de forma notória, o escoamento da produção pelo antigo ancoradouro fez com que o comércio crescesse consideravelmente, a cidade teve seu território ampliado devido à migração da população das áreas rurais para a aglomeração urbana.

Devido à maior facilidade de escoamento da produção do açúcar, fumo, algodão, cereais, madeiras para a construção civil e naval e couros por meio do Porto de Jaraguá, o Porto do Francês, localizado na então capital da província Alagoas do Sul, foi desativado e em 1815 a região de Maceió foi nomeada como Vila. "Agora Maceió ia emancipar-se com sua organização administrativa própria, raiando pela autonomia: com sua câmara e sua organização judiciária" (COSTA, 1981, p. 25). A comarca

2 Maceió foi declarada Vila pelo alvará régio de 5 de dezembro de 1815, assinado por D. João VI.

das Alagoas decidiu então transferir para Maceió a capital do estado em 1839, com a mudança, a cidade obteve um maior investimento em obras públicas e execução de edificações de uma maneira geral (COSTA, 1981).

Como nova capital do estado, Maceió, no final do século XIX buscava inovação, uma delas foi a introdução do pensamento higienista surgido na Europa. Uma das principais medidas tomadas foi a extinção das áreas alagadiças da cidade em favor da salubridade. As alterações na planta e no programa das casas dirigiam-se no sentido de compatibilizá-las com os preceitos de salubridade e a busca pela privacidade.

Em 1927 o prefeito Moreira Lima põe em linha reta a velha rua do Açougue já denominada 1º de Março; é um reboliço na vida urbana. Ninguém pensaria naquilo; derrubaram-se os velhos quarteirões de taipa para tem seu lugar se constroem casas modernas, com vitrines iluminadas (COSTA, 1981, p.201).

A partir de 1930 cresceu o número de edificações particulares na cidade, seguindo o ideal de “saneamento e embelezamento” vigente na época, foram construídas praças e jardins, edificações públicas e residências no estilo eclético. Foi implantado o primeiro ramal ferroviário, ruas foram iluminadas por lampiões a gás e as vias principais foram calçadas. Com a instalação da Cia Força e Luz Nordeste do Brasil a cidade viu o progresso por meio do transporte público, com a adoção dos bondes elétricos.

As construções da época se destacavam pela utilização de novos elementos de adorno não utilizados da construção colonial. As primeiras modificações se deram pelo emprego de escadarias, colunas e frontões, ornamentando as fachadas dos edifícios, apresentando traços ecléticos e neoclássicos. Com o crescimento econômico do país, novos elementos foram inseridos nas construções como platibanda e o uso do vidro (REIS FILHO, 1997). “Um novo tipo de residência, a casa de porão alto, [...] representava uma transição entre os velhos sobrados e as casas térreas” (REIS FILHO, 1997. p. 40). As residências, em termos de planta, não eram diferentes do que estava sendo feito no restante do país, as mudanças mais significativas estavam nas fachadas, inicialmente com as casas térreas depois para os sobrados e as casas de porão alto.

Conservando-se as formas de habitar dependentes do trabalho escravo, não havia margem para as grandes mudanças. (...) Um novo tipo de residência, a casa de porão alto, representava uma transição entre os velhos sobrados e as casas térreas. (REIS FILHO, 1997. p. 33).

A planta e o programa de necessidades da casa se alteraram com a criação de áreas internas, recuos laterais e jardins. Permitindo a abertura de janelas nos diversos cômodos, separando a casa da rua e dos seus vizinhos. Os recuos laterais e frontais foram se difundindo aos poucos, algumas vezes sendo convertido em jardins. Os porões surgiram, predominantemente nas casas de classe média e alta, com o objetivo de

conter a umidade, afastando o piso do solo, garantindo a circulação de ar. No início a implantação das casas ainda era no alinhamento da rua e a disposição tradicional de loja no térreo e residência nos pavimentos superiores começou a ser modificada, tendo em vista a tendência da separação do local de trabalho e moradia (CORREIA, 2004).

Figura 4 – Casas com porão alto em destaque à esquerda



Fonte: Golbery Lessa (2013).

A Figura 4 mostra a Rua Sá e Albuquerque localizada no centro de Maceió e caracterizada pelo intenso comércio e fluxo de pessoas, demonstrando desenvolvimento e avanços da construção civil. Nota-se a presença de edificações remodeladas com a utilização do porão alto e a substituição dos beirais coloniais por platibandas, com influência do urbanismo higienista difundido na época.

As preocupações higienistas iam além das reformulações urbanas, a canalização da água e do esgoto modificou os projetos residenciais, trazendo as zonas de serviço para o interior das habitações, na tentativa de organizar as ruas e os espaços de uso público, evitando ainda a proliferação de doenças.

A abolição da escravidão em 1888 contribuiu para a redução do tamanho das casas e o aumento da praticidade, visto que não se tinha mais o contingente de criados do período colonial. Casas de “porta e janela”³ e lotes estreitos eram características frequentes nas residências do final do século XIX, os quintais foram reduzidos e foi introduzida uma área para serviços fora do corpo da casa junto com os banheiros.

³ Tinham esse nome por se tratar de casas térreas de frente de rua, que por serem construídas em lotes estreitos sua fachada possuía uma porta e uma janela.

Figura 5 – Fachada de uma casa de “porta e janela” localizada no bairro de Jaraguá

Fonte: Morais e Rosas (1995).

Com a abolição da escravatura surgiu a necessidade de se contratar pessoas para trabalhar no âmbito doméstico, os empregados admitidos para este fim perdiam toda a privacidade e participavam da vida privada dos seus senhores. Morar na casa do patrão, comer na mesa da família, dormir em refúgio ao lado da cozinha, ter seus serviços e correspondências vigiados, ter folgas raras e breves, fazia da vida dessas pessoas algo público.

A interação social dos empregados só era possível nos passeios públicos quando eles iam passear com as crianças, fazendo com que a vida social desses funcionários fosse restrita e houvesse uma dificuldade de constituir uma família. Apesar de ser uma relação hierarquizada, patrões e criados desenvolviam laços de afetos que se tornavam quase familiares, “tutelados por seus senhores, devido à sua posição de inferioridade, eles os tratam em terceira pessoa, mas falam dos patrões usando o primeiro nome” (PROST, 2006, p. 43).

Um lar burguês é inconcebível sem o criado, o mesmo que às vezes, em uma casa com crianças, a criadagem seja em maior número a própria organização da vida cotidiana, supõe empregados para a limpeza, a cozinha, as louças, etc. Não há como manter o nível social sem ter pelo menos uma empregada para todo o serviço. (PROST, 2006, p. 44).

Era responsabilidade da patroa ensinar e educar a doméstica a cuidar da casa, esperando do criado um comportamento compreensivo, respeitoso e não desagradável, afinal a família não era só uma instituição de afeto como também de conflitos e tensões. As relações de trabalho eram, portanto, quase relações familiares de ordem privada.

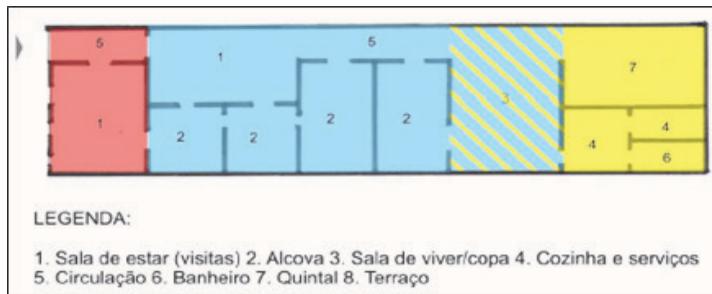
A chegada da República e a Lei Áurea impulsionaram a ascensão da classe média, aumentando assim, o interesse por moradias dignas, mesmo que fossem alugadas. Com o crescimento da demanda por casas de aluguel, antigos lotes foram desmembrados, para serem transformados em fontes de lucro (VERISSIMO; BITTAR, 1999).

Nas residências maiores, seguindo os preceitos higienistas, existia ventilação e iluminação natural em todos os cômodos, com a edificação solta no lote, apre-

sentava na parte frontal um jardim e as entradas social e de serviço foram transferidas para a fachada lateral.

Além das modificações na implantação das residências, foi ainda criada a chamada “tripartição burguesa”, que consistia na criação de três setores distintos: social, íntimo e serviços. Estes podiam ser separados por cômodos de transição como é o caso da “sala de viver” ou copa (FIGURA 5). Segundo Tramontano (2006), a tripartição foi a marca registrada do modelo Francês que dividia os apartamentos em áreas de recepção, intimidade e de serviços, exibindo o dispositivo de jantar-copa-cozinha. Segundo Lemos (1978), a copa surgiu ocupando um local estratégico e central, nas casas menos favorecidas era o local onde se realizavam todas as refeições, enquanto que nos palacetes era o local de lavar utensílios e fazer refeições rápidas.

Figura 6 – Planta de uma residência da virada do Século XIX-XX, localizada no bairro do Centro em Maceió



Fonte: Carnaúba (2011).

Na casa térrea a parte frontal era reservada para a sala de visitas; na parte central, em torno de um corredor, localizavam-se os quartos e ao fundo estavam a cozinha e o banheiro. Já os sobrados urbanos tradicionais, como geralmente eram propriedade dos comerciantes, o térreo era destinado às lojas, depósitos, armazéns e escritórios, enquanto que o primeiro andar destinava-se à habitação da família. Repetia-se a mesma disposição da planta alongada, na qual o estar ficava na parte da frente e o repouso no centro, nos fundos, ficavam a sala de jantar, a cozinha e os serviços (HOMEM, 1996).

Os quartos, valorizando os novos hábitos de higiene, passaram a ter aberturas para o exterior, aumentando a iluminação e os primeiros banheiros foram instalados com o uso da água corrente. Com o preço elevado da tubulação de cobre, material utilizado na época, não havia separação de esgoto doméstico, proveniente da caixa de gordura e outros esgotos de banheiros e águas pluviais (REIS FILHO, 1997). Portanto, a cozinha, para economia de tubulação, estava localizada próximo ao banheiro como pode ser observado na Figura 6.

Nota-se ainda a cozinha ligada à sala de jantar e ao quintal, localizada ainda nos fundos da residência, sendo o único cômodo com acesso tanto para o quintal como para dentro de casa. “Ela deve ficar próxima aos quintais, no fundo da casa, porém dentro dela, com fácil acesso à sala de jantar” (VERISSIMO; BITTAR, 1999, p. 112).

Figura 7 – Plantas do final do século XIX com entrada lateral e setor de serviços nos fundos da casa



Fonte: Lemos (1976).

A cozinha só veio apresentar grandes modificações com a abolição da escravidão juntamente com a importação de produtos manufaturados (VERISSIMO; BITTAR, 1999). “As cozinhas continuavam agenciadas como sempre, em contato com o quintal, anexa à copa ou a sala de estar” (LE MOS, 1978, p. 144). “Desaparecera, portanto, a uniformidade dos esquemas das residências, que fora o traço marcante da fase colonial” (REIS FILHO, 1997, p. 50).

À mulher da casa urbana do século XIX restava pouco tempo em face do número de tarefas que devia supervisionar. Logo pela manhã ela se dirigia para uma cozinha suja e esfumaçada, coberta com telhas vãs, por cujos interstícios saía a fumaceira do fogão a lenha. Extrovertida e compartimentada, a cozinha apoiava-se nos elementos que se espraiavam pelo quintal. (HOMEM, 1996, p. 43).

A distinção entre a vida pública e a vida privada era real na conjuntura burguesa. Existia a necessidade de distinguir esses dois mundos, preservando a integridade e a privacidade da família. A casa burguesa se caracteriza pela nítida diferença entre salas para as visitas e os demais aposentos, de um lado o que a família pode exibir e tornar público e do outro os hábitos e o dia a dia familiar que se mantinha oculto ao olhar do desconhecido. A sala de visitas funcionava com um ambiente de transição entre a vida privada e a existência pública (PROST, 2006).

Certeau (2009, p. 203) define espaços privados como:

O território onde se desdobram e se repetem dia a dia os gestos elementares das “artes de fazer” é antes de tudo o espaço doméstico, a casa da gente. De tudo se faz para não retirar-se dela, porque é o lugar “em que a gente se sente em paz”.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Era no espaço privado das casas burguesas onde acontecia a sequência de gestos do agir cotidiano. Quanto maior a uniformização da cidade, mais o espaço próprio se restringia e se valorizava como lugar onde o indivíduo se encontrava seguro. O território pessoal e privado onde eram desenvolvidos os “modos de fazer” de uma sociedade. No cerne da composição dos hábitos da família burguesa encontrava-se na cozinha, onde a família costumava se reunir.

As atividades culinárias estavam diretamente relacionadas com o papel da mulher na sociedade. A produção e o trabalho ligado ao lar mantinha a mulher subtraída da vida pública e da comunicação com o saber. As atividades domésticas despertavam os sentidos da figura feminina, os sabores geravam lembranças, os cheiros, cores e ruídos eram apreendidos de forma natural, a experiência se dava conforme a ordem cultural da sociedade. Com a presença constante das crianças na cozinha ela se tornou um local de aprendizagem sensorial e motora, onde os valores eram transmitidos por gerações. A cozinha funcionava como um local onde aconteciam as relações interpessoais da família e os saberes eram passados de gerações para gerações. Segundo Certeau (2009), a cozinha era um local abençoado, onde aconteciam conversas sem nexo entre mães e filhos, espaço no qual o saber era ensinado entre uma ida ao fogão e a preparação de alimentos, com estrutura arcaica os trabalhos eram baseados na repetição de códigos sociais ocultos de acordo com a cultura, as necessidades e os modos de vida de cada época e sociedade.

REFERÊNCIAS

ALGRANTI, L. M. Famílias e vida doméstica. *In*: MELLO E SOUZA, L. (org.). **História da vida privada no Brasil**. V. 1: Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BEGUIN, François. As maquinarias inglesas do conforto. Tradução Jorge Oseki. **Revista Espaço & Debates**, n. 34, 1991.

CARNAÚBA, Alana Tenório Lins. **De fora para dentro**: a trajetória da zona de serviço na residência maceioense. 2011. Trabalho final (Graduação) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano 2: morar e cozinhar**. Michel de Certeau/Luce Giard/Pierre Mayol. Tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CORREIA, Telma de Barros. **A construção do habitat moderno no Brasil – 1870-1950**. São Carlos: RiMa, 2004.

COSTA, Craveiro. **Maceió**. 2. ed. Maceió: SERGASA, 1981.

GALERIA Golbery Lessa. **Fotos de Alagoas**. Disponível em: <http://picasaweb.google.com/golberylessa>. Acesso em: 8 maio 2013.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. **O princípio da racionalidade e a gênese da cozinha moderna. PÓS** – Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP/Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Comissão de Pós- Graduação, São Paulo v. 1, p. 124-154, 1990.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. **O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira – 1867-1918**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LEMOS, C. A. C. **Cozinhas etc**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

MACHADO, Maria Lúcia. **Interiores no Brasil: a influência portuguesa no espaço doméstico**. São Paulo: Editora Olhares, 2011.

PROST, Antonie; VINCENT, Gérard. **História da vida privada 5: da primeira guerra a nossos dias**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

REIS FILHO, Nestor Goulard. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1997.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Vida privada e cotidiano no Brasil: na época de D. Maria I e D. João VI**. Lisboa: Estampa, 1993.

SILVA, Luís Octávio da. Os quintais e a morada brasileira. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 11, n. 12, p. 61-78, dez. 2004.

VERÍSSIMO, F. S.; BITTAR, W. S. M. **500 anos da casa no Brasil: as transformações da arquitetura e da utilização do espaço da moradia**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

Data do recebimento: 13 de novembro de 2020

Data da avaliação: 8 de dezembro de 2020

Data de aceite: 15 de dezembro de 2020

1 Mestra – UFAL, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; Professora assistente do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Tiradentes – AL. E-mail: lanabrandao3@gmail.com